

## CIVIL

---

STF – Plenário – Pauta Virtual: 20.11.2020 a 27.11.2020

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5399

**Constitucionalidade da Lei nº 15.854/2015 do Estado de São Paulo, que obriga fornecedores de serviços prestados de forma contínua a conceder a clientes preexistentes benefícios de promoções posteriormente realizadas.**

Relator: Ministro Luís Roberto Barroso